

México avalia seu acordo

Cidade do México — Passados os dois dias de alvoroço oficial pelo acordo alcançado “em princípio” pelo governo mexicano com os bancos internacionais, pesquisadores acadêmicos e analistas especializados advertiram sobre “as perigosas miragens” que pode provocar o exagerado otimismo e estimaram que, sobre as condições em que se coloca a negociação, “em dois ou três anos estaremos novamente com o mesmo problema de crise de endividamento”.

Durante os próximos seis meses, o governo mexicano terá que analisar de maneira bilateral, com os 500 bancos credores, o aspecto central da renegociação de 53 bilhões de dólares de sua dívida pública externa, na qual se oferecem três opções: reduzir 35 por cento da dívida, trocar os créditos por novos bônus que pagariam 6.25 por cento anuais de juros ou oferecer novos créditos ao país.

“EXCESSIVO”

Eduardo Gonzales, pesquisador do Centro de Estudos da Economia Nacional, comentou que “é excessiva a

reação triunfalista” do governo ante o acordo “de princípio”, esclarecendo que se todos os bancos optarem por reduzir a dívida, a diminuição seria de 18 bilhões de dólares, um nível de endividamento considerado ainda “excessivo” para o tamanho da economia mexicana.

Por sua vez, o diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Fausto Burgeno Lomeli, sustentou que o acordo alcançado com os bancos internacionais, “de forma alguma elimina o problema do sobre-endividamento nem permitirá a redução da transferência de recursos para o exterior e também não serão suficientes os novos empréstimos para reiniciar o crescimento”. Em sua opinião, o governo mexicano “deixou de aproveitar uma oportunidade histórica” e “cedeu para os credores” quando poderia ter insistido numa redução de 55 por cento de sua dívida, enfatizando ainda que “o governo mexicano preferiu continuar sendo um bom sócio e continuar cobrindo, com parte do nosso produto interno bruto e excedentes, o compromisso da dívida”.